

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001311-84.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica**
Requerente: **IRACI CONCEIÇÃO DOS SANTOS MARIOTTO**
Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Letícia Lemos Rossi

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter solicitado à ré a instalação de energia elétrica com colocação de relógio medido em imóvel de sua propriedade.

Alegou ainda que por alguns contratempos o relógio não foi instalado no imóvel.

Salientou todavia, que recebeu cobranças



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

relativas ao período em que sequer o relógio medido estava instalado.

A preliminar arguida pela ré em contestação não merece acolhida pois mesmo que se admitisse que a autora não tivesse buscado resolver a questão administrativamente ainda permaneceria seu interesse de agir.

Rejeito a preliminar, pois.

No mérito a ré ressaltou a inexistência de falha na prestação dos serviços a seu cargo.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente a legitimidade dos débitos em apreço.

Limitou-se em contestação a asseverar que não houve falha na prestação dos seus serviços.

Sequer impugnou o fato que o relógio nas datas apontadas sequer estava instalado no imóvel.

Nesse contexto, acolhe-se a postulação vestibular para a declaração da inexigibilidade do débito trazido à colação, ausente lastro a sustentá-lo.

Prospera, portanto, o pleito a propósito.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade dos débitos descritos a fl. 01 (no importe de R\$ 96,72 e relativos às faturas vencidas em janeiro/2017 e fevereiro/2017).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímese.

São Carlos, 10 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**